

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.336 - SP (2018/0118644-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : MERCADINHO SPECIAL LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO AUGUSTO C BORDALO PERFEITO - SP027728
ANTONIO AUGUSTO MAZUREK PERFEITO - SP194463
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : JORGE DONIZETI SANCHEZ - SP073055
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - SP212835
MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - SP201076
RAFAEL BARIONI - SP281098
ANALICE MINERVINO COUTO DE ALMEIDA LEITE - SP199153
HELGA LOPES SANCHEZ - SP355025
AGRAVADO : CACAU FOODS DO BRASIL ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : GALDINO LUIZ RAMOS JUNIOR - SP138793
JOSÉ LUIZ RUFINO JUNIOR - SP229276

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIDA. CONDUTA ILÍCITA AFASTADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MERCADINHO SPECIAL LTDA em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE • DÉBITO – APELAÇÃO DA RÉ CACAU FOODS - Banco Santander que recebeu o título por endosso translativo – • Título solvido – Impossibilidade de apontamento da cártula a protesto – Ilegitimidade da apelante que transferiu regularmente o título – Inexistência de prática de conduta ilícita pela apelante – Apelado não descreveu conduta ilícita da recorrente – Ilegitimidade passiva da apelante – Extinção ,

Superior Tribunal de Justiça

do processo, com fundamento no art. 267, VI, do CPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO – APELAÇÃO DO AUTOR – CERCEAMENTO DE DEFESA – Inocorrência – Danos causados à atividade empresarial – Prova que não guarda relação com pedido de indenização por danos morais – Regularidade do julgamento antecipado da lide. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO – APELAÇÃO DO AUTOR – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO SANTANDER – Inocorrência – Endosso translativo – Não pode pretender o Banco recorrido fugir da responsabilidade – Danos derivados do protesto indevido devem ser suportados por aquele que diretamente submeteu o título àquela indevida providência. DANO MORAL – Instituição financeira que responde pelos efeitos deletérios do protesto – "Quantum" – Pleito de majoração da indenização fixada – Descabimento – Valor bem fixado na sentença. Recurso da corré Cacau Foods provido. Recurso do autor parcialmente provido. (e-STJ, fl. 189)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação ao artigo 290, do CC/02, sustentando a necessidade de reconhecimento da legitimidade passiva da segunda agravada, pois não há prova da notificação, o que, por si só, é bastante para tornar ineficaz a cessão de crédito em relação ao devedor, dando guarida à legitimidade passiva da endossante, ora segunda agravada.

Defende que as verbas sucumbenciais devem ser afastadas integralmente, pois a segunda agravada deu causa à sua inclusão no polo passivo.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 230/234).

É o relatório.

Passo a decidir.

Não merece provimento a pretensão recursal.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Efetivamente, no que concerne à alegação de afastamento das verbas

Superior Tribunal de Justiça

sucumbenciais, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, tendo deixado o recorrente de apontar os dispositivos de lei federal tidos por violados, bem como de informar de que modo a legislação federal foi violada ou teve negada sua aplicação, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

A propósito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA DE APARTAMENTOS. VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. REDUÇÃO DO VALOR DA UNIDADE. DESVALORIZAÇÃO. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO AFASTADA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. MÁ APRECIÇÃO DA PROVA E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SÚMULAS N. 7/STJ E 284/STF.

1. Não há negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão recorrido examina as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, apenas não acolhendo os argumentos defensivos.

2. Não ocorre julgamento extra petita se o Tribunal de origem decide questão que é reflexo do pedido formulado na inicial.

3. É deficiente a fundamentação do recurso especial que não demonstra, com clareza e objetividade, a suposta ofensa a dispositivo de lei federal. Incidência, por analogia, da Súmula n.

284/STF.

4. Não se conhece do recurso especial se o exame da suposta contrariedade do julgado a dispositivo de lei estiver condicionado à (re)avaliação de premissa fático-probatória já definida no âmbito das instâncias ordinárias.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1422419/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 25/08/2015, DJe 28/08/2015 - grifou-se)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA STF/284. REJEIÇÃO.

1.- A ausência de particularização dos artigos constitucionais tidos por violados, com sede na própria fundamentação da insurgência recursal impede o exame recurso, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia.

(...)

3.- Embargos Declaratórios rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 153.281/RJ, 3ª Turma, Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

Sidnei Beneti, DJe 10/9/2012 - grifou-se)

Ademais, o acórdão recorrido, ao afastar a legitimidade da segunda agravada, ponderou que:

*Ora, como a duplicata já mencionada foi transferida ao apelado Banco Santander de modo absolutamente regular, repita-se por endosso translativo, e foi este que, por determinação própria, acabou submetendo tal título a protesto, **nenhuma responsabilidade quanto a este acontecido pode ser imputada à apelante. Isto se afirma, na medida em que não cometeu a recorrente qualquer conduta ilícita, pois podia realizar o endosso na forma por ela realizado, e não comandou nenhuma negativação que pudesse ter gerado o dano moral cuja reparação se pede na vestibular, e isto pelo simples fato de que nem mesmo era mais a credora da duplicata por ela originalmente emitida, e é certo que esta mencionada emissão não é bastante para determinar responsabilidade por atos posteriores praticados por terceiro em relação ao crédito representado em tal cártula, da qual já havia se desligado a apelante há muito. Cabe em complemento constatar-se que na inicial sequer descreveu o recorrido qual seria especificamente a conduta da apelante que estaria a justificar a presença no polo passivo dessa demanda, tudo a indicar que descabida foi a iniciativa daquele, devendo reconhecer-se a ilegitimidade de parte passiva da recorrente, o que fica aqui proclamado, JULGANDO-SE EXTINTO O PROCESSO com relação à apelante. (e-STJ, fl. 191 - grifou-se)***

Assim o Tribunal de origem ponderou na ausência de qualquer conduta ilícita, pois podia realizar o endosso na forma por ela realizado, e não comandou nenhuma negativação que pudesse ter gerado o dano moral cuja reparação se pede na vestibular.

Contudo, a alegação do recorrente foi no sentido de que não há prova da notificação, o que, por si só, é bastante para tornar ineficaz a cessão de crédito em relação ao devedor, dando guarida à legitimidade passiva da endossante, ora segunda agravada.

Sendo assim, a fundamentação do recorrente não foi suficiente para fazer conhecer de sua alegação. Desse modo, a subsistência de fundamento

Superior Tribunal de Justiça

inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283/STF: "*é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. MULTA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRAZO LIMITE DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Precedentes.

3. A alegação de que não foi estipulado prazo limite da multa não comporta análise, porquanto referida matéria foi suscitada apenas nas razões do regimental, caracterizando inovação recursal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 207.587/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 15/09/2014 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ACIDENTE EM LINHA FÉRREA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 283/STF.

1. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame

do contexto fático-probatório da lide, nos termos da vedação imposta

pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram

Superior Tribunal de Justiça

devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 531.016/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 16/09/2014)

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator